

HABEAS CORPUS Nº 548.869 - RS (2019/0358162-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : AURY CELSO LIMA LOPES JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : AURY CELSO LIMA LOPES JÚNIOR - RS031549
VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603
ANTÔNIO BRUM BROSSARD DE SOUZA PINTO - RS110857
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : JACQUES FERNANDO DI GESU BALLESTER (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de JACQUES FERNANDO DI GESU BALLESTER contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Os impetrantes afirmam que o paciente foi denunciado pela prática do delito de estelionato (art. 171, § 3º, do Código Penal), por ter, supostamente, entre 1º/1/2014 e 11/9/2015, registrado seu ponto no Hospital Universitário da FURG e em seguida se retirado do local, descumprindo sua carga horária.

Alegam que, em resposta à acusação, a defesa requereu a absolvição sumária do paciente por ausência de lesão ao bem jurídico tutelado, bem como por inépcia da denúncia. Não acolhida essas teses, foi impetrado o *writ* originário, o qual teve o seguimento negado.

No presente *writ*, sustentam, em síntese: (I) a inépcia da denúncia em razão da *ausência de descrição e quantificação da vantagem indevida e do prejuízo alheio supostamente suportado pelo ente* (fl. 7); e (II) ausência de justa causa porque a apuração administrativa (pad) concluiu *inexistir dano para o ente ou para o serviço prestado* (fl. 7).

Requerem, em liminar, a suspensão do processo e, no mérito, o seu trancamento.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na

Superior Tribunal de Justiça

inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator